



**PREFEITURA DE  
FLORIANÓPOLIS**

Isenção – IPTU

Descrição dos tipos de isenção de IPTU e documentos  
necessários

23/05/2024

Guia sobre processo de  
Isenção de IPTU

## Sobre a isenção ne IPTU

Refere-se à isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao imóvel conforme previsto nos incisos de I a XIII do artigo 225 da lei complementar 007 de 1997 e suas alterações.

As isenções são do tipo:

1. Aposentado ou pensionista;
2. Acima de 65 anos;
3. Imóvel até 70 m;
4. Neoplasia maligna; paralisia irreversível ou incapacitante; e demais doenças graves);
5. Pescador, Lavrador;
6. Imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais;
7. Comodato gratuito a entidades comunitárias;
8. Área de Preservação Permanente;
9. Tombamento / Patrimônio Histórico;
10. Adoção De Menores;
11. Bandas de música, sociedade musical recreativa lapa e sociedade musical amor à arte, sociedade musical filarmônica comercial;
12. Habitação popular;
13. Imóvel atingido por catástrofe;
14. imóvel utilizado por ex-combatente;
15. Conselho comunitário ou associação de moradores;
16. Círculo operário e entidades desportivas;
17. Suspensão de IPTU por atingimento pelo sistema viário; e
18. Por desapropriação.

## Descrição e documentos para cada tipo de isenção de IPTU

Trata-se da descrição e documentos necessários para os 18 tipos de isenção de IPTU, listados abaixo:

### 1) Aposentado ou pensionista:

Referente à concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU ao imóvel único residencial de propriedade ou posse, a qualquer título, de sujeito passivo aposentado ou pensionista, de qualquer regime previdenciário oficial, que comprove ter rendimento familiar apurado no mês de dezembro do ano anterior ao do lançamento, igual ou inferior a cinco salários mínimos vigentes naquele mês, desde que o utilize para sua moradia, nos termos do artigo 225, V, da Lei Complementar n. 007/97.

Como se observa, tem direito à isenção somente o proprietário ou possuidor que for aposentado ou pensionista de regime de previdência oficial. Desta forma, esta modalidade de isenção não se aplica a outras formas de pensão (alimentícia, por exemplo) e nem para previdência privada.

Caso o imóvel seja de propriedade comum (condomínio) entre duas ou mais pessoas e uma destas não resida no imóvel, a isenção será indeferida.

Caso haja usufruto instituído sobre o imóvel, o usufrutuário será eleito contribuinte do IPTU, conforme jurisprudência sobre o tema. Porém, mesmo que o usufrutuário seja o contribuinte do IPTU, a isenção será concedida somente se o nu-proprietário for aposentado ou pensionista e este resida no imóvel.

Anexos obrigatórios
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proprietário - Declaração de IRPF</li><li>• Proprietário - Comprovante de Rendimentos</li><li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li><li>• Proprietário – Declaração de Único Imóvel</li><li>• Declaração de número de residentes</li><li>• Declaração de fontes de renda dos residentes</li></ul>
Anexos opcionais
<ul style="list-style-type: none"><li>• Exposição de Motivos</li><li>• Procurador - RG e CPF</li><li>• Residentes – RG e CPF</li><li>• Declaração autenticada firmada pelo proprietário e pelo portador da condição ou seu representante legal, de que este reside no imóvel</li><li>• Última declaração do imposto de renda e a declaração de nada consta</li><li>• Declaração própria único rendimento</li><li>• Documentos complementares</li><li>• Declaração de autenticidade e veracidade de documentos</li></ul>

### 2) Acima de 65 anos

Refere-se à isenção do pagamento do IPTU e Taxa de lixo no imóvel único, residencial de propriedade ou posse a qualquer título, de sujeito passivo com idade superior a 65 anos, que comprove ter auferido rendimento familiar (apurado no mês de dezembro do ano anterior ao lançamento) igual ou inferior a cinco salários mínimos vigentes naquele mês, desde que utilize o imóvel para sua moradia, conforme art. 225, VII e § 2º c/c art.479, I da Lei Complementar 007/1997.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Proprietário - Declaração de IRPF</li> <li>• Proprietário - Comprovante de Rendimentos</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> <li>• Proprietário – Declaração de Único Imóvel</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Proprietário – Certidão de Casamento</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Residentes – RG e CPF</li> <li>• Declaração autenticada firmada pelo proprietário e pelo portador da condição ou seu representante legal, de que este reside no imóvel</li> <li>• Última declaração do imposto de renda e a declaração de nada consta</li> <li>• Cópia do inventário falecimento cônjuge</li> <li>• Declaração própria único rendimento</li> <li>• Comprovante rendimento do requerente e do cônjuge</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

### 3) Imóvel até 70 m²

Conforme previsto no artigo 225, III, da Lei Complementar Municipal nº 007/97, o imóvel único (o contribuinte deve ter somente aquele imóvel cuja isenção solicita), unifamiliar (somente casa, não incluindo apartamento em condomínio vertical), utilizado como moradia do contribuinte, com área construída total de até 70 m², e cujo valor venal, em 1997, não seja superior a R\$ 5.912,00 (considera-se o valor atualizado na data da abertura do processo, fixado anualmente através de portaria do Secretário Municipal da Fazenda Planejamento e Orçamento, e constante do carnê do IPTU do exercício).

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Poss</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração autenticada firmada pelo proprietário e pelo portador da condição ou seu representante legal, de que este reside no imóvel</li> <li>• Declaração firma reconhecida</li> <li>• Cópia dos documentos do contribuinte</li> <li>• Declaração própria único rendimento</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 4) Neoplasia maligna; paralisia irreversível ou incapacitante; e demais doenças graves)

Referente às hipóteses de isenção previstas no art. 225, XI, XII e XIII:

XI - o imóvel único residencial, quando o proprietário ou familiar, parente de primeiro grau nos termos da lei civil, nele residente, estiver acometido de neoplasia maligna e possuir renda familiar não superior a cinco salários mínimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 480/2013) (Regulamentado pelo Decreto nº 12.608/2014)

XII - o imóvel único residencial, quando o proprietário ou familiar, parente de primeiro grau nos termos da lei civil, nele residente, for portador de paralisia irreversível e incapacitante e possui renda familiar não superior a cinco salários mínimos; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 480/2013) (Regulamentado pelo Decreto nº 12.608/2014)

XIII - o imóvel pertencente aos portadores de doenças graves incapacitantes e aos doentes em estágio terminal irreversível desde que destinado, exclusivamente, ao uso residencial.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proprietário - RG e CPF</li><li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li><li>• Atestado Médico emitido nos termos do art. 2º e 4º do Decreto nº. 22.908/2021</li></ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Exposição de Motivos</li><li>• Procurador - RG e CPF</li><li>• Residentes – RG e CPF</li><li>• Constante do cartório de registro de imóvel competente; contrato de compra e venda do imóvel ou escritura pública do imóvel</li><li>• Identidade do proprietário do imóvel e do portador da condições de saúde</li><li>• CPF do proprietário do imóvel e do portador da condições de saúde</li><li>• Declaração autenticada firmada pelo proprietário e pelo portador da condição ou seu representante legal, de que este reside no imóvel</li><li>• Para cônjuge acometido: Certidão de casamento ou união estável, que comprova o direito sobre a propriedade e certidão de nascimento do cônjuge</li><li>• Para filho acometido: certidão de nascimento ou documento de adoção proprietário</li><li>• Para o pai acometido: certidão de nascimento ou documento de adoção do proprietário</li><li>• Declaração do responsável pela família informando se recebe (ou não) pensão alimentícia, com assinatura reconhecida em cartório, quando for o caso.</li><li>• Comprovante de renda de todos os membros do grupo familiar</li><li>• Declaração própria único rendimento</li><li>• Documentos complementares</li></ul>

#### 5) Pescador, lavrador

Referente ao direito do cidadão à isenção total ou parcial dos tributos devidos, desde que atendam à situação prevista para concessão de tal benefício. O cidadão deve estar enquadrado no art. 225, III e § 2º c/c art.479, I da Lei Complementar 007/1997, sendo pescador, lavrador ou viúva e comprovar que o imóvel é utilizado única e exclusivamente como residência.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proprietário - RG e CPF</li><li>• Inscrição Imobiliária</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> <li>• Proprietário – Declaração de Único Imóvel</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Proprietário – Certidão de Casamento</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Comprovante rendimento do requerente e do cônjuge</li> <li>• Certidão de óbito, comprovante de renda, CTPS, declaração do INSS, Declaração de não recebimento de renda fixa, certidão de nascimento.</li> <li>• Declaração autenticada firmada pelo proprietário e pelo portador da condição ou seu representante legal, de que este reside no imóvel</li> <li>• Título de propriedade (matrícula, escritura, posse)</li> <li>• Declaração própria único rendimento</li> <li>• Comprovante de renda todos membros do grupo familiar</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Comprovante rendimento do requerente e do cônjuge</li> <li>• Declaração que renda provem somente da atividade pescador ou lavrador</li> <li>• Carteira de pesca ou declaração de pescador do funrural</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

**6) Imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais**

Solicitação de Isenção de IPTU do imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupadas pelos citados serviços, conforme art. 225, i, Lei Complementar 007/1997.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> <li>• Proprietário – Declaração de Único Imóvel</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procuração - Representante Legal</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

**7) Comodato gratuito a entidades comunitárias**

Concessão da isenção de IPTU RE TAXA apenas para às Bandas de Música, Sociedade Musical Amor à Arte, Sociedade Musical Recreativa Lapa e Sociedade Musical Filarmônica Comercial, isenção de IPTU, bem como às taxas adjetas, incidentes sobre os prédios de suas respectivas sedes, localizadas no Município.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração do que o imóvel é utilizado unicamente para as finalidades e entidade, ATA OU ESTATUTO.</li> <li>• Contrato de locação</li> <li>• Decreto municipal declarando ser entidade de utilidade pública</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 8) Área de Preservação Permanente:

Referente à concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU às Áreas de Preservação Permanente (APP), assim definidas no Plano Diretor, não edificadas, devidamente averbadas na matrícula do imóvel e fisicamente sinalizada pelos proprietários, desde que não degradadas, nos termos do artigo 225, X, da Lei Complementar n. 007/97, regulamentado pelo art. 2º, 5º e seguintes do Decreto n. 12.608/2014. O legislador municipal previu, dentre os requisitos para concessão da isenção, a necessidade de averbação da APP na matrícula do imóvel. Deste modo, considerando que a legislação tributária relativa à isenção deve ser interpretada literalmente (art. 111, II, do Código Tributário Nacional), a Gerência de Receitas e Tributos Municipais não reconhece a presente isenção aos imóveis ocupados a título de posse ou aos imóveis registrados que não contenham a averbação da APP na matrícula.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Teor matrícula do imóvel contendo a averbação da área da APP</li> <li>• Levantamento planialtimétrico</li> <li>• Parecer emitido pela fundação - FLORAM</li> <li>• Fotos comprovando a existência de sinalização da APP</li> <li>• Procuração, quando for o caso</li> <li>• Certidão da inscrição imobiliária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 9) Tombamento / Patrimônio Histórico

Referente à concessão de isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU ao imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da autoridade competente a, nos termos do artigo 225, VI, da Lei Complementar n. 007/97, regulamentado pelo art. 1º, 5º e seguintes do Decreto n. 12.608/2014. Porém, para obter também o desconto para recolhimento em cota única, o contribuinte deve ingressar com o processo até as seguintes datas:

(i) até o dia 05 de janeiro, a fim de obter o desconto de 20% para pagamento em cota única além do percentual de isenção;

(ii) até o dia 05 de fevereiro, a fim de obter o desconto de 10% para pagamento em cota única além do percentual de isenção; ou

(iii) até o dia 05 de março, a fim de obter o desconto de 5% para pagamento em cota única além do percentual de isenção.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proprietário - RG e CPF</li><li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li></ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Exposição de Motivos</li><li>• Procurador - RG e CPF</li><li>• Procuração (firma reconhecida) quando for caso</li><li>• Imagem /registros fotográficos atualizados do imóvel (Fachada e Interior)</li><li>• Certidão da inscrição imobiliária</li><li>• Documentos complementares</li></ul>

#### **10) Adoção de menores**

Referente à isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no imóvel residencial do contribuinte detentor da guarda ou que tenha procedido à adoção regular de criança ou adolescente na categoria de menor abandonado. A isenção recairá sobre o imóvel utilizado como sua moradia e será requerida uma única vez. Terá duração até o exercício fiscal em que o menor deixe de ser seu dependente para fins previdenciários ou da Receita Federal, o que ocorrer mais tarde, conforme Decreto nº 4835/2007.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proprietário - Declaração de IRPF</li><li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li><li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li></ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Exposição de Motivos</li><li>• Certidão de nascimento</li><li>• Procurador - RG e CPF</li><li>• Termo de guarda</li><li>• Sentença judicial completa</li><li>• Declaração imposto renda contendo todas as páginas (constando o adotado como dependente) e/ou declaração</li><li>• Dependentes frente à previdência</li><li>• Cópias do CPF e RG dos adotados</li><li>• Certidão de valor venal de IPTU</li><li>• Título de propriedade (matrícula, escritura, posse)</li><li>• Documentos complementares</li></ul>

#### **11) Bandas de música, sociedade musical recreativa lapa e sociedade musical amor à arte, sociedade musical filarmônica comercial**

Concessão da isenção de IPTU RE TAXA apenas para às Bandas de Música, Sociedade Musical Amor à Arte, Sociedade Musical Recreativa Lapa e Sociedade Musical Filarmônica Comercial, isenção de IPTU, bem como às taxas adjetas, incidentes sobre os prédios de suas respectivas sedes, localizadas no Município.



<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procuração - Representante Legal</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Estatuto</li> <li>• Ata</li> <li>• Declaração de utilidade pública</li> <li>• Regime interno</li> <li>• Cadastro nacional de pessoa jurídica-CNPJ</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

## 12) Habitação popular

O imóvel único residencial, construído através de projetos de habitação popular de iniciativa governamental, ocupada como moradia pelo proprietário ou possuidor a qualquer título, que comprove possuir rendimento familiar, apurado no mês de dezembro do ano anterior ao lançamento, igual ou inferior a cinco salários mínimos, conforme ART. 225, VIII E § 2º C/C ART.479, I DA LEI COMPLEMENTAR 007/1997.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Proprietário - Comprovante de Residência</li> <li>• Declaração de fontes de renda dos residentes</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Proprietário – Certidão de Casamento</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Título de propriedade ou contrato de financiamento habitacional</li> <li>• Declaração que possui somente imóvel onde reside</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

## 13) Imóvel atingido por catástrofe

O imóvel residencial atingido por catástrofe originária de condições climáticas adversas mediante laudo técnico de inspeção emitido pelo órgão competente do município, conforme ART. 225, IX E §3º LEI COMPLEMENTAR 007/1997.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Laudo técnico expedido pela comissão municipal de Defesa Civil-COMDEC;</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> </ul>

- Documentos complementares

#### 14) Imóvel utilizado por ex-combatente

É concedida isenção de taxas e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, devida por "ex-combatente", sua viúva ou filhos com idade inferior a 21 anos, relativa ao imóvel que utilize, só ou com a sua família, como moradia.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração de que o ex-combatente ou viúva reside no imóvel</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 15) Conselho comunitário ou associação de moradores

Referente ao direito à isenção total ou parcial dos tributos de IPTU.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procuração - Representante Legal</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Estatuto</li> <li>• Contrato de locação</li> <li>• Decreto municipal declarando ser entidade de utilidade pública</li> <li>• Declaração de que o imóvel é utilizado unicamente para as finalidades da entidade, ata ou estatuto</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 16) Círculo operário e entidades desportivas

Referente à isenção dos impostos tributários municipais, desde que atendam à situação prevista em lei para concessão de tal benefício (Lei CMF - 194/97 – concede isenção de tributos municipais às entidades desportivas sediadas em Florianópolis e dá outras providências).

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procuração - Representante Legal</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração de utilidade pública</li> </ul>

- Cadastro nacional de pessoa jurídica-CNPJ
- Atestado da fundação municipal
- Solicitação de reconhecimento de isenção tributária
- Documentos complementares

#### 17) Suspensão de IPTU por atingimento pelo sistema viário

Referente à situação em que a suspensão de IPTU ocorre por ocasião de um projeto de obra viária e se comprova a existência de imóveis na área de ocupação (Artigo 227, inciso II, da LC nº 007/1997). No caso de aprovação do projeto, há o cancelamento (isenção) dos tributos para pessoas físicas ou jurídicas que atendam à situação prevista em lei para a concessão de tal benefício.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração de utilidade pública</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>

#### 18) Por desapropriação

Concedida, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar de 1º de janeiro de 1.993, isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxas, relativa aos imóveis de propriedade dos ex-proprietários da área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Decreto nº 731, de 21 de setembro de 1.992. O benefício previsto neste artigo é extensivo às viúvas dos ex-proprietários e seus dependentes.

<b>Anexos obrigatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário - RG e CPF</li> <li>• Inscrição Imobiliária</li> <li>• Certidão de Inteiro Teor (emissão mínimo 30 dias) ou Documento de Posse</li> </ul>
<b>Anexos opcionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Procurador - RG e CPF</li> <li>• Declaração de utilidade pública</li> <li>• Solicitação de reconhecimento de isenção tributária</li> <li>• Documentos complementares</li> </ul>